

PROCURADORIA EM PAUTA

Impresso
Especial
2708/2006-DR/ES
PGE/GOV/ES
...CORREIOS...

INFORMATIVO BIMESTRAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - Nº 9 - Março/Abril/Maio 2013



Evento reúne procuradores-gerais dos Estados e do DF em Vitória



Durante o evento, realizado nos dias 9 e 10 de maio, os procuradores-gerais dos Estados e do DF debateram temas comuns às atividades das Procuradorias em cada Estado. O governador Renato Casagrande recepcionou o colegiado no Palácio Anchieta.

[p. 4 e 5]

PGE ECONOMIZA MEIO BILHÃO PARA ES

Ação rescisória reformou condenação sofrida pelo Estado em 2007.

[p. 3]

TELEFONIA MÓVEL PARA O INTERIOR

Parecer elaborado pela PGE garantiu a ampliação da telefonia móvel para municípios do interior.

[p. 6]

ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS

Setorial da PGE faz revisão de valores para pagamento de precatório e reduz dívida em mais de 55%.

[p. 8]

Balanço da atuação da Consultoria Administrativa da PGE nas autarquias: uma análise retrospectiva

Com a assunção da consultoria jurídica das autarquias pela PGE, já é possível fazer uma breve análise retrospectiva dessa atuação. Assim, considerando o último semestre - segunda metade de novembro de 2012 a maio de 2013 -, o exame deve considerar as atuações instrumentais e finalísticas da PGE/PCA. Em relação às atividades instrumentais, após o redesenho de toda a consultoria jurídica da PGE, num esforço sinérgico de todos os procuradores do Estado e servidores envolvidos, com apoio do Gabinete do procurador-geral, da Subprocuradoria-Geral para Assuntos Administrativos e da Chefia da PCA, foi instalado, no âmbito da PCA, um núcleo de consultoria administrativa - NCA, formado por procuradores do Estado recém-ingressantes nos quadros da PGE. Ato contínuo, considerando a urgente necessidade de ajuste das funções das assessorias jurídicas das autarquias, foi promovida uma semana de aproximação e capacitação dos assessores e demais servidores que lidam com as licitações, contratações e demais parcerias das autarquias, realizada no auditório da PGE, entre os dias 21 a 25 de janeiro de 2013, com o apoio do CEI/ESPGE, onde foi possível apresentar o novo modelo de consultoria das autarquias, com base na Instrução de Serviço PGE nº 01/2013, sendo as aulas/exposições realizadas pelos próprios procuradores do Estado da PCA. A iniciativa foi muito proveitosa, reunindo aproximadamente 600 servidores das autarquias, e gerou a necessidade de formatação, pela PCA/CEI/ESPGE, de um curso de atualização permanente, que ora se encontra em execução, agora não só para as autarquias, mas, também, para todos os servidores do Estado, com previsões de aulas/exposições até o final de 2013. Ainda no campo das atividades instrumentais, merece registro que cada autarquia já pôde contar com um procurador do NCA para o atendimento direto das suas demandas, o que vem sendo feito não só por meio dos processos administrativos, mas, também, através de reuniões - até agora, 104 reuniões -, contatos telefônicos e e-mails, o que tornou o atendimento das demandas mais especializado e célere, permitindo que pequenas dúvidas jurídicas fossem esclarecidas de plano, sem a necessidade de remessa de processos para o NCA. Mas, não é só. No que tange às atividades finalísticas, o NCA se manifestou em aproximadamente 240 processos administra-

tivos, num tempo médio aproximado de 22 dias corridos, ocasião em que questões jurídicas complexas, de alta relevância econômica e social, foram analisadas com significativa eficiência jurídica e celeridade, como, por exemplo: **1)** a concorrência do DER-ES para a gestão do trânsito nas rodovias estaduais; **2)** ainda no DER-ES, a definição a respeito das transferências das concessões do transporte rodoviário de passageiros; **3)** a concorrência do Detran-ES para a gestão do trânsito na região metropolitana; **4)** ainda no Detran-ES, a análise de atos normativos viabilizadores do projeto CNH SOCIAL; **5)** a concorrência da Suppin para a construção do Polo Industrial Cercado da Pedra; **6)** ainda na Suppin, a necessidade de licitação para a alienação dos lotes administrados pela entidade; **7)** na Aderes, a análise do processo seletivo de Oscip para a construção de cisternas captadoras de águas das chuvas para as populações capixabas sem água potável; **8)** no Prodest, diversas licitações envolvendo a ampliação e aperfeiçoamento dos sistemas de TI no Estado; **9)** na Aspe, a análise de questões envolvendo o reequilíbrio do contrato de concessão de distribuição do gás, em benefício direto dos usuários dos serviços; **10)** no Iases, a consultoria para o equacionamento dos problemas envolvendo o sistema socioeducativo estadual; **11)** na Fapes, com a análise de editais para os incentivos à pesquisa e à inovação científica e **12)** ainda na Fapes, a aquisição de bens e insumos para as pesquisas científicas e tecnológicas, sendo certo que somente as iniciativas administrativas, sociais e econômicas citadas, em rol exemplificativo, ultrapassam o valor estimado aproximado de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). O balanço muito positivo, aqui brevemente alinhado, vem a demonstrar não só a juridicidade, eficiência e celeridade da atuação sinérgica da PGE, mas o acerto na relevante decisão de Estado e de Governo da assunção da consultoria jurídica das autarquias pelo órgão constitucionalmente vocacionado para o exercício de tão nobre missão, com benefícios diretos e imediatos para o Estado, para a Administração Pública, para a sociedade e para o cidadão e contribuinte, destinatário maior de todas as condutas estatais.

Horácio Augusto Mendes de Souza
Procurador-chefe do Núcleo de Consultoria Administrativa da Administração Indireta

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Governo do Espírito Santo

Rodrigo Marques de Abreu Júdice
procurador-geral do Estado

Luciana Merçon Vieira
subprocuradora-geral para Assuntos Administrativos

Lívio Oliveira Ramalho
subprocurador-geral para Assuntos Jurídicos

Alexandre Nogueira Alves
corregedor-geral

Anderson Sant'Ana Pedra
procurador-chefe do Centro de Estudos e Informações Jurídicas

Roger Faiçal Ronconi
procurador-chefe da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário

Márcio Cândido Costa de Souza
procurador-chefe da Procuradoria Trabalhista

Erfen José Ribeiro Santos
procurador-chefe da Procuradoria do Estado na Capital Federal

Marcelo Amaral Chequer
procurador-chefe da Procuradoria de Execuções e Precatório

Evandro Maciel Barbosa
procurador-chefe da Procuradoria de Consultoria Administrativa

Eva Pires Dutra
procuradora-chefe da Procuradoria do Contencioso Judicial

Daniel Mazzone
procurador-chefe da Procuradoria dos Juizados Especiais da Fazenda Pública

José Alexandre Rezende Bellote
procurador-chefe da Procuradoria Fiscal

Jorge Gabriel Rodnitzky
procurador-chefe da Procuradoria Tributária

Gustavo César de Mello C. Holliday
procurador-chefe da Procuradoria de Petróleo, Mineração e outros Recursos Naturais

Jornalista Responsável: **Renato H. S. Moreira**
MTB 338/86

Projeto Gráfico: **Contemporânea**

Fotos: **Renato H. S. Moreira**

Editoração: **Bios**

Revisão: **Triade Comunicação**

Impressão: **GSA**

Tiragem: **1.500 exemplares**

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (PGE-ES)

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590,
Barro Vermelho,
Vitória (ES), CEP 29057-550
www.pge.es.gov.br
comunicacao@pge.es.gov.br
(27) 3636-5059

PGE economiza meio bilhão para o Estado

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) obteve mais uma vitória na Justiça com a revogação de uma decisão que, em 2007, condenou o Estado a pagar R\$221 milhões às empresas que operavam o Sistema Transcol, em 1993. Com a atualização dos valores, a dívida poderia chegar à casa dos R\$500 milhões. A decisão foi do Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES).

O argumento das empresas, ao ingressarem na Justiça contra o Estado, foi o de que o governo da época submeteu as empresas a tarifas deficitárias. Prevaleceu, no entanto, a tese da PGE, que, com base no capital social, nos bens das empresas e no tempo em que mantiveram-se operando, entendeu ser falaciosa a alegação dos empresários. “Qualquer empresa, em qualquer ramo de negócios, que supostamente atuasse no mercado obtendo prejuízos por longos períodos de tempo, não sobreviveria”. Essa é a opinião do procurador-geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice.

O procurador-geral afirmou ainda que essa foi mais uma vitória importante da PGE para evitar a evasão de recursos dos cofres públicos. “Ficamos muito felizes com a decisão judicial, que proporcionará ao Estado investir esse valor em outras áreas



Procurador-geral do Estado, Rodrigo Júdice, comemorou a decisão judicial

de interesse público como a saúde, a educação, a segurança e a mobilidade urbana”, comemorou Júdice.

Segundo o procurador do Estado responsável pelo processo, Paulo José Soares Serpa Filho, outro argumento que deu a vitória à PGE foi o fato de as empresas terem prestado o serviço sem passar por licitação pública à época de sua contratação e posterior renovação dos contratos. “Houve patente violação ao art. 175 da Constituição Federal de 1988. Esse entendimento já vem sendo inclusive adotado em diversos tribunais do país e, também, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ)”.

O diretor-presidente da Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb-GV), Léo Carlos Cruz, ficou satisfeito com a decisão. “É uma vitória importante para o Estado, que já vem realizando diversos investimentos em

programas e projetos. Agora, sem essa dívida, é possível dar continuidade aos investimentos com mais tranquilidade”. Cruz elogiou a condução do trabalho realizado pela PGE e agradeceu o apoio técnico da assessoria jurídica da Ceturb-GV. “O trabalho focado das equipes levou ao bom resultado conquistado”.

Nova licitação

Outro fator destacado pelo procurador-geral, Rodrigo Júdice, diz respeito ao processo de licitação que já está em curso para definir as empresas que vão operar as linhas do sistema Transcol, bem como as interestaduais. “Por orientação da PGE, a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop) iniciou o processo licitatório, pois os contratos estão prestes a se encerrar”, explicou Júdice.

Ainda segundo o procurador-geral, essa é a primeira vez, desde a promulgação da Constituição de 1988, que o Estado realiza licitação para o setor de transporte público, conforme determina a lei. “Esse é mais um mérito do governador Renato Casagrande. Agora, nossa expectativa é de que, com a licitação, o Estado possibilite à sociedade capixaba um sistema de transporte público com melhor qualidade e tarifas mais adequadas”.

Minuta agiliza processos para contratação de obras

A Procuradoria de Consultoria Administrativa (PCA) da Procuradoria Geral do Estado (PGE) elaborou, no início do mês de maio, mais uma minuta de padronização. Dessa vez, o documento teve como objetivo padronizar os processos referentes à licitação para a contratação de obras e/ou reformas.

Em princípio, a ideia foi atender às demandas do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) e ao Ins-

tituto de Obras Públicas do Espírito Santo (Iopes). No entanto, a minuta também poderá ser utilizada por todas as demais secretarias, fundações, autarquias e demais órgãos do Estado que precisarem licitar obras.

“Com a minuta, haverá maior agilização do processo, que pode ter uma redução de até 60% do tempo na sua tramitação, quando e se vier para a PGE”, explicou o procurador-chefe do Núcleo de Consultoria Administrativa

da Administração Indireta, Horácio Augusto Mendes de Souza.

A elaboração da minuta teve a participação da Comissão de Padronização de Minutas da PCA, integrada atualmente pelos procuradores Iuri Carlyle do Amaral Almeida Madruga e Fabiano Giaquinto Herkenhoff. Também auxiliaram na confecção da minuta os procuradores Arthur Moura de Souza, Leandro Mello Ferreira e Emerson Luiz Faé.

Colégio Nacional de Procurado

Foi realizado, nos dias 9 e 10 de maio, mais uma reunião do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal (CNPGEDF). O evento ocorreu na sede da Procuradoria Geral do Estado (PGE), com a presença de 25 procuradores de todas as partes do Brasil.

Na ocasião, os procuradores discutiram temas de interesse comum a todas as unidades da Federação, tais como a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) dos precatórios, a ADI do piso nacional do magistério, as dificuldades na aquisição de medicamentos e os programas de incentivos fiscais de ICMS.

Na avaliação do procurador-geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice, a reunião foi bastante produtiva. “Conseguimos debater todos os temas da nossa pauta e definir estratégias jurídicas para, juntos, buscarmos soluções que viabilizem a atuação de nossos Estados frente aos problemas comuns que enfrentamos”, explicou Júdice.

Segundo o procurador-chefe da Procuradoria do Estado na Capital Federal (PCF), Erfen José Ribeiro Santos, o assunto mais debatido no evento foi a ADI dos precatórios. “Essa matéria foi discutida à exaustão e a conclusão a que se chegou é que será renovada a petição de

modulação dos efeitos da ADI dos precatórios, que considerou inconstitucional o regime especial de pagamentos dos precatórios. Para isso, os procuradores-gerais estarão, no dia 16, em Brasília para tratar do tema”.

Em relação aos programas de incentivos fiscais de ICMS, Erfen informou que há uma proposta de súmula vinculante, no Supremo Tribunal Federal (STF), proibindo os Estados de darem incentivos fiscais. “O Colégio Nacional de Procuradores-Gerais está acompanhando isso de perto e já conseguiu evitar, num primeiro momento, que essa súmula fosse editada. Isso seria um grande problema para todos os Estados, pois inviabilizaria a concessão de todo e qualquer incentivo fiscal, inclusive por parte do Governo Federal”, disse o procurador.

Sobre os problemas referentes à compra de medicamentos não listados pelo SUS, os procuradores relataram que, em alguns Estados, como Pernambuco, a compra de medicamentos vem resultando em licitações manipuladas e com preços muito altos. Para tentar reverter essa situação, o CNPGEDF decidiu fazer um movimento junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) – devido à cartelização evidente – e, também, junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que os juizes não defiram mais pela compra de medicamentos que



Evento teve a participação de 25 procuradores de todo o Brasil



Procuradores foram recebidos pelo governador Renato Casagrande para um coquetel. Antes, visitaram a exposição “Rubem Braga: Fazendeiro do Ar”



Procuradores-Gerais reúne-se em Vitória



Almoço de confraternização encerrou os trabalhos no segundo dia de reunião

não estão definidos pelo SUS e pela Anvisa.

Também foi abordado no encontro a criação de uma câmara de arbitragem no âmbito da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, para dirimir conflitos entre as unidades federadas. A proposta inicial, trazida pelo representante da presidência e secretário-executivo da SAE, Roger Stifelmann Leal, é de que os conflitos de fronteiras entre os Estados sejam os primeiros a entrar na pauta da câmara. Para isso, Roger ficou de encaminhar, para análise do CNPGEDF, uma proposta de Projeto de Lei que criará o novo órgão.

Ao final da reunião, o CNPGEDF elegeu, por aclamação, sua nova diretoria para o biênio 2013/2015, que fi-



Recepção do governador Renato Casagrande foi elogiada pelos procuradores

cou assim definida: Lúcia Lea Guimarães Tavares, procuradora-geral do RJ (presidente); Márcio Leite de Rezen-

de, procurador-geral de Sergipe (1º vice-presidente); Rodrigo Marques de Abreu Júdice (2º vice-presidente).



A exposição "Rubem Braga: Fazendeiro do Ar" atraiu a atenção dos procuradores, que também visitaram as instalações do Palácio Anchieta

Apoio a eventos é tema de palestra na PGE

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) promoveu, no dia 23 de abril, às 14 horas, em seu auditório, uma palestra para esclarecer e orientar servidores responsáveis pelos contratos de publicidade e eventos, bem como os assessores de comunicação do Governo, sobre o Decreto 3.249-R, que regulamenta o apoio estadual a eventos.

A palestrante foi a procuradora e gerente geral da PGE, Juliana Paiva Faria Faleiro. O objetivo da palestra, segundo Juliana, foi capacitar os servidores que lidam com esse tipo de solicitação a adotarem os procedimentos corretos na hora de instruir os processos.

Segundo Juliana, o evento foi uma ótima oportunidade para que os assessores tirassem suas dúvidas sobre o Decreto 3.249-R. “Nossa intenção foi fazer com que os assessores saíssem daqui entendendo o que pode e o que não pode ser feito. Isso facilitará o trabalho de todos, inclusive da PGE, além de propiciar mais agilidade na tramitação dos processos”, explicou a procuradora.

Para a coordenadora de Comunicação da Secretaria de Estado da Educação (Sedu), Rovena Storch, a palestra foi bastante produtiva. “Achei a palestra ótima, porque como houve mudança com a publi-



Palestra reuniu mais de 100 servidores de diversas secretarias

cação do novo decreto, ainda não estávamos sabendo exatamente o que fazer; e o evento nos deu a oportunidade de esclarecer todas as dúvidas para que façamos sempre as coisas da maneira certa, seguindo os novos trâmites legais”, explicou Storch.

Opinião semelhante tem o assessor de Comunicação da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger), Rafael Porto. “Eventos dessa natureza reforçam o compromisso do Estado em garantir uma gestão competente na prestação dos serviços públicos,

na medida em que proporciona a partilha do conhecimento com os servidores para que os processos sejam feitos da melhor forma. E quando estamos mais capacitados prestamos um serviço melhor à população”, disse o assessor.

O próximo passo, segundo a procuradora e palestrante Juliana Faleiro será a realização de uma palestra semelhante, porém voltada para os promotores de eventos que solicitam apoio ao Governo. Essa palestra, no entanto, ainda não tem data marcada.

Parecer garante ampliação de telefonia móvel para o interior

Numa atuação conjunta com a Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag), a Procuradoria Geral do Estado (PGE) participou da elaboração de um projeto piloto do Governo que, por meio de incentivo fiscal, garantiu subsídios à construção de torres de telefonia celular em dez localidades do interior do Estado.

O parecer, que deu a solução jurídica para viabilizar o projeto, foi elaborado pelo procurador Gabriel

Boavista Laender, com a colaboração do procurador Rodrigo Francisco de Paula, que atuou na finalização do edital e elaboração do parecer que aprovou o chamamento público para o leilão do incentivo fiscal concedido.

As novas estações radiobase (ERBs) vão dar cobertura aos distritos de Pacotuba, Pedra Menina, Córrego Moacir, Conceição do Mucui, Vinhático, Laginha de Pancas, Vila Verde, São Jorge Tiradentes, Barra do Mangaraí e Garrafão. “O

interessante é que essas comunidades foram escolhidas por critérios sociais, e o incentivo fiscal foi objeto de um leilão público, isto é, ganhou o subsídio a operadora que concorreu em atender o maior número de localidades com o menor incentivo”, explicou o procurador.

Para subsidiar o projeto, o Governo do Espírito Santo dará um benefício de crédito de ICMS no valor de até R\$ 300 mil por distrito beneficiado. A empresa vencedora do leilão foi a Telefônica/Vivo.

Encontro debate fiscalização de contratos

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE), por meio de sua Procuradoria Trabalhista (PTR), do Centro de Estudos e Informações Jurídicas (CEI) e da Escola Superior da PGE (ESPG), realizou, nos dias 9 e 10 de maio, o I Encontro de Agentes Fiscalizadores da Administração Pública Estadual. Na ocasião, mais de 100 pessoas compareceram ao evento.

O Encontro ocorreu no auditório da PGE, das 13h30 às 17h30, e teve como público-alvo todos os servidores estaduais que gerenciam contratos na administração estadual. O objetivo foi o de contribuir para o aprimoramento da atividade fiscalizatória dos contratos administrativos de prestação de serviço, firmados pelo Estado e demais entidades da administração pública estadual indireta.

Segundo o procurador-chefe da Procuradoria Trabalhista (PTR) da PGE, Márcio Cândido Costa de Souza, o Encontro serviu como um aler-

ta aos gestores de contratos. “Nossa intenção foi esclarecer os gestores sobre as obrigações do Estado em relação aos contratos de terceirização de mão de obra. Com isso, teremos condições de evitar condenações trabalhistas subsidiárias no futuro”, explicou o procurador.

Márcio destacou ainda a importância da parceria entre a PGE, a Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont) e o judiciário capixaba para a realização do Encontro. “Nossas parcerias propiciaram uma explanação clara e didática do tema. A expressiva adesão dos gestores e fiscais da Administração ao evento realizado certamente vai resultar na breve organização de novos eventos semelhantes, a fim de contemplar o expressivo excedente de interessados que não conseguiu a inscrição no seminário”.

Entre os palestrantes convidados estiveram Giovany Cardoso Jevaux, juiz federal do Trabalho, que repre-

sentou o presidente do Tribunal Regional do Trabalho – 17ª Região (TRT/ES), Marcello Mancilha; o procurador do Estado Luiz Colnago Neto; a auditora Suzzane Barcellos Damazio e o procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho de Colatina, Bruno Gomes Borges da Fonseca. Também estiveram presentes, abrindo o evento, o procurador-geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice, o corregedor-geral, Alexandre Nogueira Alves, e o procurador-chefe do CEI, Anderson Sant’Ana Pedra, que compuseram a mesa para a abertura dos trabalhos.

Check list

Uma das ferramentas apresentadas aos servidores que estiveram no evento foi o check list desenvolvido pela Secont, a pedido da PGE, com o objetivo de facilitar o trabalho dos agentes fiscalizadores de contratos. O arquivo pode ser obtido no site da Secont ou da PGE.



Evento mostrou aos servidores como proceder para evitar problemas trabalhistas com empresas que terceirizam mão de obra

Correção de cálculos reduz dívida de precatórios

A Procuradoria de Execução e Precatório (PEP) da Procuradoria Geral do Estado (PGE) obteve, no início do mês de maio, uma decisão favorável em processo de precatório que corrigiu o valor da dívida inicial de R\$ 903 mil para R\$ 401,9 mil, o que equivale a uma redução de 55,5%.

O trabalho de correção de cálculos apresentado pela PGE foi elaborado pelo procurador do Estado Ênio Otavio Juncal Victoria Rezende e acatada pelo Juiz Auxiliar de Conciliação em Precatórios do Tribunal Regional do Trabalho – 17ª Região (TRT/ES).

Segundo o procurador, esse tem sido um trabalho de rotina no âmbito da PEP que, com teses semelhantes, vem conseguindo obter êxito em processos do mesmo gênero junto ao judiciário capixaba. “As correções de cálculos são feitas

com frequência por nossa equipe, constituída pelos procuradores e todo o pessoal da Gerência de Cálculos e Perícias (GCP) da PGE”, explicou Ênio.

Pagamentos

Para o procurador-chefe da PEP, Marcelo Amaral Chequer, as correções de cálculos são fundamentais para a continuidade do pagamento dos precatórios. “Quanto mais correções forem feitas, maior será o volume de recursos que poderemos direcionar para o pagamento de mais precatórios”, afirmou Chequer.

Até a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 14 de março deste ano, que julgou inconstitucional o regime especial de pagamentos de precatórios instituído pela Emenda Constitucional 62/2009, a PGE, por intermédio da PEP, realizou diversas audiências de negocia-



O procurador do Estado, Ênio Rezende, é o responsável pelo trabalho

ção que beneficiaram mais de 1.200 credores.

“É lamentável que um regime de pagamento de precatórios que representou para os credores do Estado um avanço significativo no tocante à celeridade dos pagamentos tenha sido derrubado pelo STF”, ressaltou Chequer. O procurador-chefe da PEP destacou ainda que os efeitos da decisão do Supremo ainda serão objeto de modulação.

Programa facilita localização de procuradores

Com o objetivo de agilizar o processo de localização dos procuradores nas setoriais, a Gerência de Informática (GIN) da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) desenvolveu um programa que informa, quase que instantaneamente, o nome do procurador apto a ocupar a vaga existente em algumas das setoriais da PGE.

O sistema foi desenvolvido pelo servidor Adriano Antonio Gobbo,



Sistema foi construído pelo servidor Adriano Antonio Gobbo

que investiu aproximadamente quatro meses de trabalho para finalizar o software. “Até o ano passado, os processos de localização eram feitos com base em informações dos procuradores, contidas em uma tabela de Excel, com comandos macro. Só com ajuda de quem sabia usar o Excel e conhecia bem a tabela era possível fazer a localização. Agora, com o novo programa, qualquer pessoa com um mínimo de treinamento pode fazer isso, de uma forma bem intuitiva e simples”, explicou Adriano.

O último processo de localização foi realizado no dia 10 de abril deste ano, quando o sistema foi utilizado pela primeira vez. Para que funcione corretamente, basta registrar os nomes dos procuradores interessados em cada vaga existente, bem como as respectivas datas em que

iniciaram suas atividades na PGE e, para efeitos de desempate, as colocações de cada um no concurso em que ingressaram.

“Agora, o trabalho ficou bem mais fácil e rápido. Para mim, o destaque desse novo software é a transparência imediata do procedimento e a celeridade do registro dos resultados para homologação”, ressaltou Francine Kampff Pimentel, chefe do protocolo e secretária do conselho responsável pelo processo de localização dos procuradores do Estado.

O sistema foi construído utilizando a linguagem PHP e roda em ambiente web. Adriano é servidor concursado da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger), cedido à PGE, onde atua desde janeiro do ano passado.